

AS TIC'S COMO PROPOSTA DE INOVAÇÃO DO CONHECIMENTO NA AGRICULTURA FAMILIAR DO SEMIÁRIDO POTIGUAR BRASILEIRO

Zildence Matias Guedes Maia

Doutoranda em Ciências Sociais – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PGCS/UFRN); Pesquisadora do Laboratório de Estudos Rurais – LabRural/UFRN; zildence@hotmail.com

Christiane Fernandes dos Santos

Mestre em Ambiente, Tecnologia e Sociedade; Técnica em Assuntos Educacionais na Universidade Federal Rural do Semi-Árido; Pesquisadora do Laboratório de Estudos Rurais – LabRural/UFRN; chrisfernandes@ufersa.edu.br

Danielle Simone da Silva Casillo

Doutora em Automação e Controle em Engenharia Elétrica e Computação; Professora Adjunta da Universidade Federal Rural do Semi-Árido; Coordenadora do Programa de Extensão “Semiárido Digital” – UFRSA; danielle@ufersa.edu.br

Leonardo Augusto Casillo

Doutor em Engenharia Elétrica e Computação; Professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Semi-Árido; casillo@ufersa.edu.br

Resumo: Atualmente, observar-se um fortalecimento da relação entre o poder público e sociedade civil organizada, no que diz respeito à implantação de políticas públicas para o contexto rural. Considerando essa realidade no contexto do semiárido potiguar brasileiro, a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) vem implantando a cultura digital, através do Programa "Estruturação de Telecentros e Casas Digitais e Formação de Multiplicadores em Comunidades Rurais de Municípios do Semiárido Potiguar - Semiárido Digital", em diferentes municípios do Estado do Rio Grande do Norte: Angicos, Apodi, Caraúbas, Fernando Pedroza, Janduís e Mossoró. A finalidade do Programa é desenvolver a cultura digital no âmbito de comunidades rurais e urbanas desses municípios por meio da reestruturação dos Telecentros e Casas Digitais disponíveis nas comunidades. Também, propõe a oferta de cursos básicos de informática, cursos à distância de formação, além de formar multiplicadores do conhecimento. Dessa maneira, o artigo em questão, tem como objetivo apresentar os principais resultados alcançados através das etapas já realizadas pelo “Semiárido Digital”. Ações como manutenção e instalação dos equipamentos de informática, softwares e internet, já foram realizadas nos municípios de Janduís (4 telecentros), Mossoró (1), Apodi (3), Fernando Pedroza (2) e Angicos (2). Os cursos de Informática Básica e o de Introdução a Educação à Distância e ao ambiente Moodle, já foram realizados nos telecentros presentes no município de Janduís. Dessa forma, um total de 46 alunos foram contemplados com o Curso de Informática e o de Introdução a Ead e ao Ambiente Moodle, sendo 18 concluintes da comunidade de Setubal, 11 de Pacuti e 16 da Associação Santa Teresinha. Estão em curso as aulas de informática no município de Angicos e Fernando Pedroza, Mossoró (Maísa) e também em Janduís, capacitando novas pessoas. As diferentes estratégias de inovações permitidas pelas TICs foram pensadas mediante o contexto e necessidades do local. Desse modo, surgem como possibilidade de fortalecer a vivência das pessoas na própria comunidade, seja através da formação presencial e/ou à distância, proporcionando a possibilidade de otimização das suas atividades produtivas e da valorização do local, através da inclusão digital e social.

Palavras-chave: TIC's, Semiárido Digital, Agricultura familiar.

Introdução

O semiárido brasileiro abrange um total de 1.133 municípios. Apresenta uma área de 969.589,4 Km², concentrando uma população de mais de 21 milhões de habitantes, que corresponde, em média, a 11% da população brasileira (SILVA, 2006). Essa região, apesar de apresentar alguns avanços sociais e econômicos nas últimas décadas, revela um baixo dinamismo

(83) 3322.3222

contato@conidis.com.br

www.conidis.com.br

econômico e social, além de uma expressiva degradação ambiental. A persistência das graves problemáticas presentes nessa região pode estar associada às políticas públicas que vinham sendo desenvolvidas, sem considerar as especificidades e características locais, bem como a participação social.

Nesse sentido, é possível que a ausência ou ínfima participação da sociedade foi decorrente do cenário de centralização e das relações assimétricas presentes no contexto da sociedade civil. Contudo, é a partir de 1990 que a sociedade reivindica de forma contundente o reconhecimento do seu protagonismo. Müller (2007, p. 13), em seu estudo sobre a construção de políticas públicas, aponta que a partir desse momento, o papel do Estado tem passado por modificações no que concerne a sua atuação de agente centralizador e interventor. Considerando tal fato, revela que "o Estado sozinho é incapaz de garantir o bem-estar da Sociedade" e que "a participação dos beneficiários no processo de construção, implantação e gestão das políticas públicas potencializa os benefícios trazidos das políticas".

A partir de então, os movimentos pela participação e descentralização nas políticas públicas tornaram-se crescentes, assim como aquelas de maior reconhecimento da importância da agricultura familiar. De acordo com Leff (2006) as políticas públicas voltadas para medidas de cooperação entre o mercado, o Estado e a organização produtiva das comunidades, surgem como forma de incorporar critérios de sustentabilidade às políticas de desenvolvimento rural. Destarte, entende-se que o processo de construção das políticas de desenvolvimento rural no Brasil, desde a redemocratização, deu-se em momentos contínuos e não estanques de fortalecimento da agricultura familiar, marcados por lutas sociais, por uma agenda de reivindicação por garantia de direitos - como o acesso a terra e ao território, à cidadania e ao desenvolvimento econômico - e por avanços na dinâmica de formulação e atuação do Poder Público (BRASIL, 2013).

Desse modo, a democratização do país propiciou uma aproximação entre instâncias do Estado e organizações da sociedade civil, além do maior envolvimento dessas últimas na execução de alguns programas. Sendo necessário salientar que nem sempre essas políticas se tornam uma proposta exitosa e promotora da sustentabilidade. Observa-se que as políticas públicas voltadas para o semiárido brasileiro passaram por modificações significativas nas últimas décadas, ultrapassando o seu alcance no que se refere à disponibilidade de políticas meramente assistencialistas e, portanto, insustentável.

Atualmente, é possível observar um fortalecimento da relação entre o poder público (nas diferentes esferas) e da sociedade civil organizada, no que concerne a implantação de políticas

públicas, e adotando um posicionamento mais crítico sobre o desenvolvimento onde os aspectos econômicos, sociais, políticos, tecnológicos, culturais e ambientais devem ser analisados de maneira inter-relacionada e em igual grau de relevância. Percebe-se, ainda, uma transformação no rural brasileiro, instigando a compreendê-lo como espaço de produção e reprodução social de sua população. Dessa maneira, o rural tem se constituído, além de loco de produção agrícola, como loco de reprodução social, de vida e trabalho (WANDERLEY, 2009). Condição que atualmente passava despercebida pela maioria dos estudiosos, essas novas configurações observadas no meio rural, têm sido fortalecidas pela intervenção de diferentes políticas públicas destinadas a esse espaço, ultrapassando o seu alcance quanto à disponibilidade de crédito, estabilização de preços e assistência técnica, incorporando outras políticas que promovam a sustentabilidade social, cultural e tecnológica, capazes de promover o protagonismo do homem do campo.

Considerando a importância do cenário de definição de políticas voltadas para a realidade da sociedade brasileira, e mais especificamente a região do semiárido potiguar, destaca-se o Programa Territórios Digitais e o Programa Telecentros Comunitários, atraindo organizações que atuam na gestão e desenvolvimento de políticas sustentáveis. Assim, buscam envolver a sociedade civil na construção de processos participativos para proposição, realização, avaliação e controle social das políticas públicas, na perspectiva da sustentabilidade.

De acordo com as informações obtidas no site oficial do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, em 2008 foi criado o projeto Territórios Digitais, com o objetivo de "oferecer gratuitamente o acesso à informática e internet para populações rurais, por meio da implantação de Casas Digitais". Estas deverão ser escolhidas pela própria comunidade, e tem como finalidade a garantia de um ponto de acesso comunitário gratuito para os agricultores e agricultoras familiares. "A ideia central é garantir ao público-alvo a universalização do acesso às tecnologias de informação e comunicação e à rede mundial de computadores."

Já os Telecentros Comunitários, de acordo com o Ministério das Comunicações, são espaços públicos sem fins lucrativos, que dispõem de computadores conectados à internet, disponíveis para diversos usos. O Programa tem por objetivo promover o desenvolvimento social e econômico das comunidades atendidas, visando reduzir a exclusão social, e criando oportunidades de inclusão digital aos cidadãos. Os telecentros comunitários visam oferecer cursos e atividades, além de funcionarem como espaço de integração, cultura e lazer. Os beneficiários devem contar com assistência de monitores qualificados, que por sua vez devem ser atores locais. Segundo informações desse mesmo Ministério, atualmente, existem 7.755 telecentros em todo o Brasil. Os

mesmos foram instalados por meio de uma parceria entre ministérios, prefeituras e entidades, que são responsáveis pela manutenção desses espaços.

As Universidades brasileiras, com a estratégia de ir ao encontro dessa demanda voltada para o contexto rural, vêm desenvolvendo ações de extensão que propiciam, de fato, a inclusão dos agricultores familiares no mundo digital, como é o caso do Programa "Estruturação de Telecentros e Casas Digitais e Formação de Multiplicadores em Comunidades Rurais de Municípios do Semiárido Potiguar - Semiárido Digital", realizado pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido - (UFERSA) em diferentes municípios do Estado do Rio Grande do Norte: Angicos, Apodi, Caraúbas, Fernando Pedroza, Janduís e Mossoró. O objetivo do Programa é desenvolver a cultura digital no âmbito das comunidades rurais e urbanas desses municípios de por meio da reestruturação física e lógica dos Telecentros e Casas Digitais disponíveis nas comunidades. Também, propõe a oferta de cursos básicos de informática, cursos à distância de formação profissional e realização de mostras e eventos culturais, além de formar multiplicadores do conhecimento nas próprias comunidades.

Dessa maneira, o artigo em questão, apresenta os resultados das etapas já realizadas pelo "Semiárido Digital" que consistiram no diagnóstico socioeconômico, estruturação dos telecentros e realização de cursos de informática básica (na modalidade presencial) e curso introdutório de educação à distância e ao ambiente moodle, na modalidade à distância.

Metodologia

O desenho metodológico do presente artigo corresponde àquele delineado para a efetivação das ações do Programa Semiárido Digital uma vez que se trata da apresentação dos resultados das diferentes etapas. Entretanto, cabe enfatizar que o mesmo ainda se encontra em fase de continuidade, mas que diversas ações já foram realizadas até o presente momento.

As comunidades beneficiadas pelo Programa Territórios Digitais do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e pelos Telecentros Comunitários implantados pelo Ministério das Comunicações foram, em sua maior parte, contempladas com equipamentos que propiciassem o acesso à informática e internet. No entanto, a atuação destes programas limitou-se à doação dos equipamentos como computadores e impressoras. Em algumas comunidades, tais equipamentos permaneceram guardados por meses por não haverem pessoas com conhecimento técnico suficiente para a instalação dos computadores e para o acesso à internet. Por se tratarem de aparelhos eletrônicos, a sua não-utilização por um longo período ocasiona um mal funcionamento, podendo levar até mesmo a inutilização do equipamento.

Tendo conhecimento de tal fato, a primeira providência tomada por parte da equipe responsável pelo programa Semiárido Digital foi realizar uma visita técnica em cada uma das comunidades selecionadas, a fim de fazer um diagnóstico sobre o estado físico de cada um dos Telecentros e Casas Digitais. Os equipamentos que foram encontrados ainda lacrados foram ligados, formatados, revisados e tiveram os principais softwares gratuitos – como o sistema operacional e o pacote de aplicativos de escritório – instalados. Também foram realizados os serviços de instalação da impressora e equipamentos para o acesso à internet. Para os Telecentros que já estavam utilizando os computadores, todos foram revisados, formatados e os softwares instalados. Os equipamentos que apresentaram problemas de funcionamento foram reparados, substituídos, ou foi indicado para as associações responsáveis quais as ações necessárias para sua adequação. Quanto ao acesso à internet, nas visitas realizadas foram pensadas e aplicadas as soluções para a viabilização dos provedores e sinais de internet necessários, bem como a instalação da rede lógica para propiciar tal operação.

Nesta etapa também foi analisado o ambiente no qual os computadores foram instalados. Em parceria com as Associações e Comunidades, foram analisadas questões relativas ao calor, ergonomia, segurança e economia quanto ao consumo de energia e sugeridas as modificações necessárias para o bem-estar dos participantes.

A partir do momento em que os equipamentos de informática estavam em condições de uso, a próxima etapa do Programa foi a realização de um diagnóstico socioeconômico em cada comunidade, buscando fazer uma análise das características das pessoas interessadas em se tornarem alunos dos cursos oferecidos e, também verificar a os dias e horários de maior interesse e disponibilidade do público-alvo. Para a realização dessa análise, a abordagem dos habitantes se deu por meio da aplicação de questionários, os quais, voluntariamente, os moradores se dispuseram a responder.

Os questionários elencaram perguntas básicas de identificação e questionamentos relacionados aos conhecimentos e interesses na área de informática e conhecimentos voltados para a área rural. Esta etapa visa oferecer para cada comunidade os cursos online que sejam de maior interesse ou que beneficiem mais a comunidade quanto aos aspectos econômicos e laborais. Até o presente momento, os cursos online disponíveis são Introdução a Educação à Distância e ao Ambiente Moodle, Agricultura familiar, Agroecologia, Empreendedorismo rural e meio ambiente.

É importante ressaltar que esta etapa não possui um caráter eliminatório, sendo o único fator limitante a necessidade de o aluno saber ler e escrever, visto que este conhecimento é necessário

para a realização das atividades dos cursos oferecidos. O público-alvo inicialmente definido pela equipe do programa era composto por agricultores, donas-de-casa e estudantes, mas devido à alta procura em algumas comunidades, não foi imposto limite de idade ou profissão, estando aberto a todos os interessados, com restrições apenas pela quantidade de computadores disponíveis nas turmas oferecidas.

Após a seleção de alunos, a etapa seguinte refere-se ao curso presencial de informática básica. Este curso tem por objetivos a inclusão digital de pessoas que até então não haviam tido a oportunidade de utilizarem equipamentos de informática; a atualização de pessoas que já fizeram cursos de informática, mas que, em virtude do contínuo avanço tecnológico, este conhecimento já está defasado ou mesmo tornou-se obsoleto; e, preparar o aluno para conhecer o ambiente de ensino à distância utilizado pela equipe do programa, e esteja apto a participar dos cursos on-line. O curso presencial de informática básica, além de apresentar o básico de hardware e software, terá como foco auxiliar o aluno em atividades necessárias para o seu cotidiano ou para o mercado de trabalho, como, por exemplo, preparar corretamente um currículo, criar uma planilha financeira, preparar uma apresentação de trabalho, ou realizar buscas mais confiáveis na internet.

Para cada curso realizado, seja presencial ou à distância, desde que o aluno atinja um limite de carga-horária e desempenho satisfatório das atividades, será disponibilizado certificado, o que irá auxiliar o aluno no mercado de trabalho, que atualmente exige conhecimentos em informática como requisito obrigatório para diversas atividades.

Desta feita, o Programa vem proporcionando às comunidades rurais, e também urbanas, uma nova perspectiva de desenvolvimento local onde o acesso ao computador e a internet se constituem como ferramentas capazes de promover inovações nos aspectos organizacionais, produtivos, de cultura e lazer, conforme pode ser evidenciados nos resultados, ora, obtidos.

Resultados e discussão

- O Programa Semiárido Digital e as Tecnologias da Informação e Comunicação no semiárido potiguar brasileiro

O Programa Semiárido Digital tem como principal finalidade difundir a cultura digital em diferentes municípios do interior do Rio Grande do Norte, criando oportunidades de inclusão social, por meio do acesso digital em comunidades que se encontram à margem das Tecnologias da Informação (TI). De acordo com Silva (2003, p.15-16) a TI surgiu como ferramenta de apoio à gestão das empresas a partir da década de 90, sendo entendida como uma ferramenta de "integração das operações da empresa e entre empresas, com ganhos de agilidade e redução nos custos

operacionais". E, compreende: "o conjunto convergente de tecnologias em microeletrônica, computação, telecomunicações/rádiodifusão, e optoeletrônica, incluindo também a engenharia genética" (Castells, 2000, p. 49).

Essa ação de extensão se caracteriza pelo fato de envolver tanto o poder público como organização comunitária, deixando explícita a participação social durante todo o processo. Nesse sentido, Afirma Weber (2002, p. 130):

[...] as opções tecnológicas não se reduzem à dimensão dos investimentos ou à dos ganhos de eficácia. Elas modificam os usos que fazemos dos recursos e, em consequência disso, os modos de apropriação, vale dizer, as representações e os processos de tomada de decisão.

O Semiárido Digital ultrapassa a ideia de investimentos em estrutura física tecnológica à medida que incorpora em sua proposta, e faz acontecer, cursos de formação cuja proposta de conteúdo foi construída através de um processo de tomada de decisão pautado no diálogo entre Universidade e o público alvo. Essa dialogicidade interfere, positivamente, na forma que os indivíduos se apropriam dessas tecnologias, pois a partir de então já passam a conhecê-la melhor.

O Programa já iniciou suas atividades de estruturação física e lógica nos Telecentros e Casas Digitais, bem como a realização de cursos presenciais nos municípios de Janduís, nas comunidades rurais de Setúbal, Pacuti e Associação Santa Terezinha (zona urbana da cidade de Janduís), Angicos, Fernando Pedroza e em Mossoró, na comunidade Maísa. As comunidades de Janduís, por terem sido escolhidas como projeto-piloto, são as que estão com as atividades mais adiantadas, pois já em execução os cursos à distância. O município de Apodi é o que está em maior dificuldade, devido à estrutura precária dos espaços físicos e grau de deterioração dos equipamentos de informática. O município de Caraúbas é o único município que ainda não iniciou suas atividades.

Acosta-Hoyos (1985) ressalta que a tecnologia consiste em parte integrante da cultura, e por isso está presente na sociedade. E corrobora Rocha Loureiro (2009, p. 99) "as tecnologias não são mais apenas dispositivos imutáveis, mas cada vez mais dependem dos arranjos sociais entre as partes interessadas". Nesse contexto, Leff (2006) sinaliza que como o Estado tem um histórico de intervenção baseado em medidas dissociadas das realidades locais das comunidades rurais, só uma ação baseada na redefinição do seu papel combinada com a participação da comunidade local é que poderá levar ao êxito do desenvolvimento social.

Em todas as comunidades visitadas, foi realizada uma aula inaugural, com a presença dos coordenadores do Programa, os bolsistas responsáveis pelas aulas de informática, os bolsistas

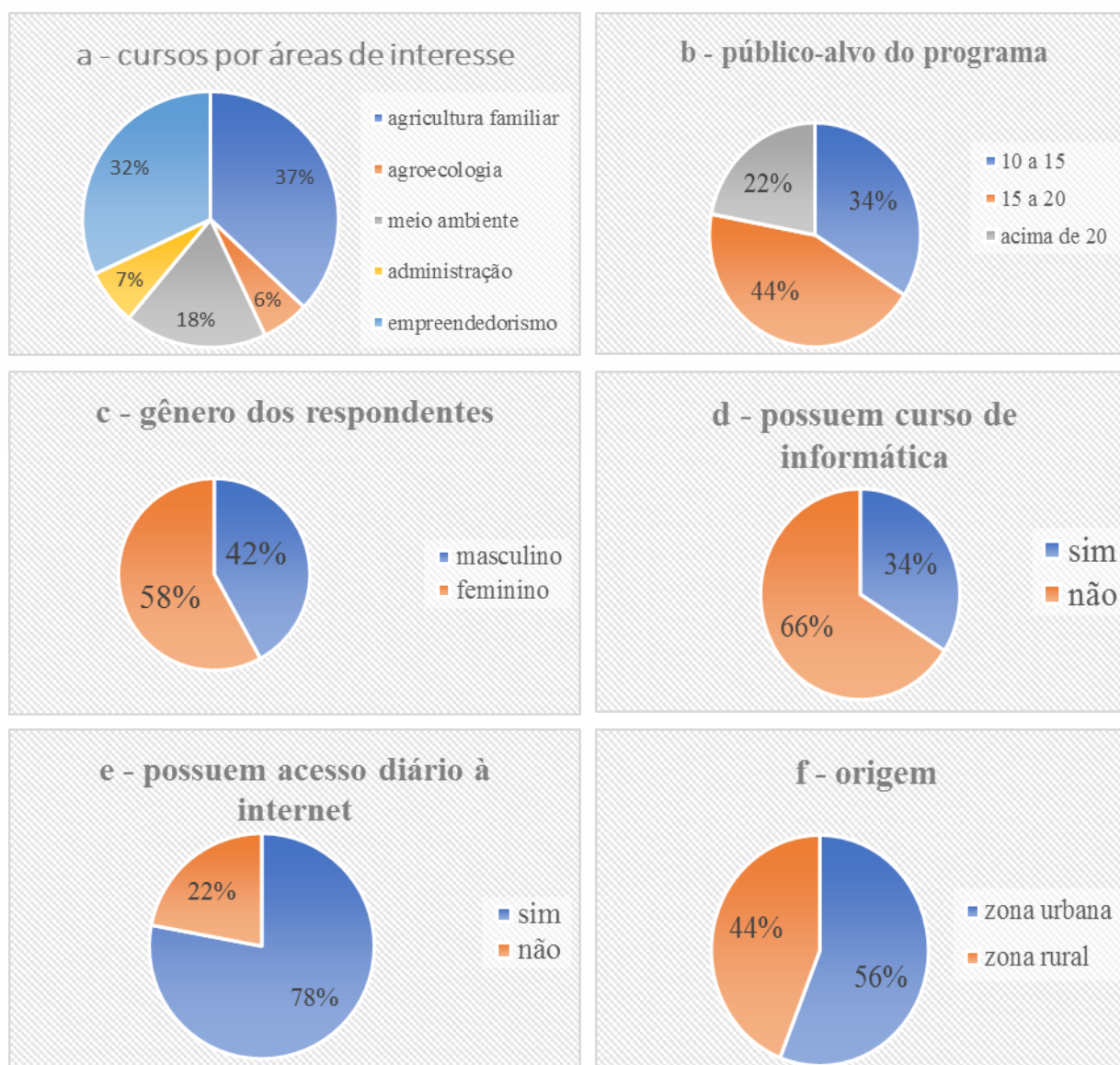
responsáveis pela elaboração do material didático dos cursos à distância, demais colaboradores e autoridades convidadas. Foram realizados termos de compromisso com as prefeituras locais para formalização das atividades a serem realizadas, e as Associações e comunidades foram previamente visitadas para maiores explicações e questionamentos, bem como para combinar o melhor dia e horário para a aplicação dos questionários. Dessa maneira, pode-se inferir que o avanço das etapas do Programa em alguns municípios deve-se a contrapartida oferecida pelo poder público local e, também, pelo poder de mobilização da sociedade civil organizada, pois o envolvimento desses agentes para o êxito do Programa reflete uma situação de intervenção que vai ao encontro da realidade e interesse local.

A etapa do questionário socioeconômico foi realizada em todas as comunidades, com exceção de Caraúbas. Os gráficos a seguir, representados pela Figura 1, são resultantes da compilação das 421 respostas obtidas (Angicos - 111; 117 Apodi - 117; Fernando Pedroza - 88; Janduís - 20 e em Mossoró - 85) no decorrer do diagnóstico, até então realizado.

Pode-se perceber que 44% do público alvo interessado nas ações do programa encontra-se em média na faixa de 15 a 20 anos e 34%, acima de 20. Sendo que dentro destes, 58% correspondem ao gênero feminino; quando relacionado às pessoas que possuem curso de informática, apenas 34% responderam já ter realizado curso nessa área. Por outro lado, 78% destes informaram ter acesso diário a internet; Os cursos mais requisitados foram: agricultura familiar (37%), empreendedorismo rural (32%), meio ambiente (18%), administração de negócios (7%) e agroecologia (6%). O interesse representado pelas temáticas afirmadas serviu de base para o planejamento dos cursos na modalidade à distância, pois o propósito do Programa é aprimorar o conhecimento que é pertinente para o fortalecimento da vivência e prática das comunidades, e que não seja antagônico com a cultura do local.

Assim, apreende-se que o desenvolvimento de políticas para comunidades do semiárido deve ao mesmo tempo em que situar o ser humano no seu entorno e despertar nele a consciência da materialidade social, trazer o dinamismo proveniente da cultura local, uma vez que esta é a portadora das representações e do imaginário possível do uso e das decisões dos recursos sociais e naturais. Assim tratar a concepção de desenvolvimento de uma comunidade deve ter o modo de vida local e o progresso das comunidades como referências matriciais (SCHALLENBERGER, 2003). Portanto, não se deve impor um conhecimento ou vivências externas, mas sim fortalecer práticas e valores locais de modo a que as ferramentas inseridas sejam utilizadas para construir e fortalecer a comunidade e não destruir seus valores.

Figura 1 – Compilação dos dados do questionário socioeconômico



FONTE: Semiárido Digital, 2017.

Os dados mostram que os moradores das comunidades que preencheram o questionário são, em sua maioria, mulheres, adolescentes e jovens que vivem na zona urbana do município, embora tenha ocorrido interesse de moradores da zona rural. A maioria dos entrevistados já possuem um certo conhecimento em informática, e acessam constantemente a internet, em sua maior parte redes sociais, principalmente por meio de telefones celulares, mas que se interessaram pelo curso em razão de um melhor aprendizado das ferramentas e pela emissão de certificado. Os cursos online pretendidos.

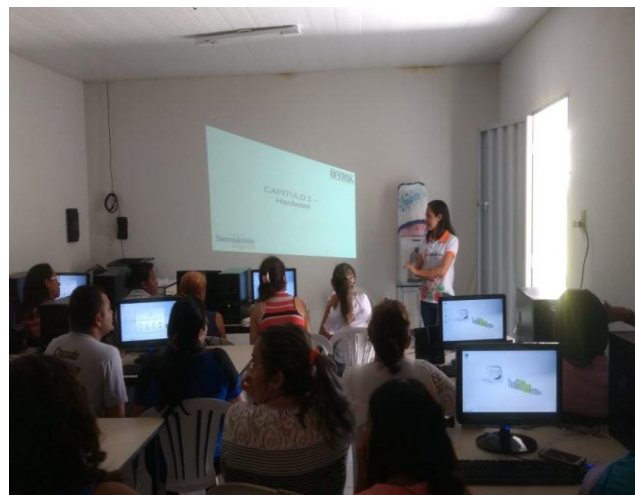
Ações como manutenção e instalação dos equipamentos de informática, softwares e internet, já foram realizadas nos municípios de Janduís (4 telecentros), Mossoró (1), Apodi (3), Fernando Pedroza (2) e Angicos (2). Os cursos de Informática Básica e o de Introdução a Educação à Distância e ao ambiente Moodle, já foram realizados nos telecentros das comunidades de Pacutí e Setúbal. Ressaltando-se que, inicialmente, a proposta era que os cursos fossem ofertados apenas nestas duas comunidades, entretanto devido à construção de novas parcerias, foram possíveis a instalação de mais dois telecentros na zona urbana. Dessa forma, um total de 46 alunos foram contemplados com o Curso Básico de Informática e o de Introdução à Ead e ao Ambiente Moodle ministrados pelo programa, sendo 18 concluintes nas comunidades de Setubal, 11 em Pacuti e 16 na Associação Santa Teresinha, no município de Janduís. Estão em curso as aulas de informática no município de Angicos e Fernando Pedroza, Mossoró (Maísa) e também em Janduís, capacitando novas pessoas. A próxima etapa então consistirá na aplicação do curso de “Agricultura Familiar”.

A Figura 2 apresenta três momentos do Programa em uma das comunidades atendidas: momento em que o laboratório de informática foi entregue totalmente operacional para a comunidade (A); registro da primeira aula do Curso de informática Básica (B) e , a entrega dos certificados de conclusão do Curso de Informática e do Curso Introdutório sobre Educação à Distância e ao Ambiente Moodle (3).

Figura 2 – Estruturação, momento de formação e certificação na comunidade de Setubal – Janduís/RN



(A)



(B)



(C)

FONTE: Semiárido Digital, 2017.

Com relação aos municípios que já concluíram o curso de informática, percebeu-se que, apesar de muitos dos participantes terem assinalado no questionário que já tinham certo conhecimento em informática, como a maioria destas não possui computador em suas residências, muitos apresentaram dificuldades na execução das atividades, como por exemplo, em simples funções do teclado. Contudo, ao final do curso, estes consideraram o curso como uma atividade ímpar e que serviu de grande motivação para os mesmos aprofundar os conhecimentos obtidos e estudar os cursos à distância. Os alunos também se mostraram satisfeitos com a oportunidade de participar de um curso gratuito com conhecimentos relevantes ofertados por uma Universidade, e elogiaram a iniciativa de incluir regiões rurais que sofrem com a falta de acesso à informação e estruturação física precária.

Conforme visto, o uso das TICs nas comunidades contempladas pelo Programa mostra-se como uma possibilidade de incrementar as atividades produtivas à medida que procura instigar o desenvolvimento profissional e pessoal do público envolvido, no seu espaço de vida e trabalho.

Conclusões

A utilização das TICs tem sido incorporada velozmente nas organizações brasileiras, como forma de otimizar as suas práticas administrativas e torná-las mais competitivas. Entretanto, esse processo não se deu de igual maneira, principalmente, quando se compara os diferentes segmentos de organizações. Apreende-se que quando se trata de organizações comunitárias, que possuem característica sem fins-lucrativos, o mesmo não acontece. Pois, essas mesmas organizações, na

maioria das vezes, no que tange ao acesso das TICs, sempre ficam a mercê do interesse público. No contexto rural, essa realidade torna-se cada vez mais complexa, apesar das diferentes conquistas que as organizações podem adquirir através do uso dessas tecnologias.

As diferentes estratégias de inovações permitidas pelas TICs deverão ser pensadas mediante o contexto local e do objetivo real das organizações que delas se apropriarem. Diante desse cenário, elas surgem como possibilidade de fortalecer a vivência das pessoas na própria comunidade, seja através da formação presencial e/ou à distância, proporcionando a possibilidade de otimização das suas atividades produtivas e da valorização do local, através da inclusão digital e social. É dessa maneira que as ações do programa de extensão Semiárido Digital vêm disseminando suas ações.

Quanto à importância desta ação extensionista para a Universidade e para a comunidade acadêmica por parte dos alunos e servidores, é notório que o Programa Semiárido Digital atinge os objetivos no que tange ao cumprimento do tripé ensino-pesquisa-extensão como fator determinante para o aprofundamento dos conhecimentos gerados e obtidos na Universidade, propiciando a oportunidade de ampliação dos saberes e de suas habilidades, e colocando em prática o aprendizado acadêmico, com o adicional de poder auxiliar a comunidade externa, não apenas no quesito educacional e profissional, como também contribuir para melhorar a qualidade de vida das pessoas, respeitando a sua cultura, os seus costumes e as suas múltiplas possibilidades.

Referências

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 551p.

MÜLLER, Ana Luíza. **A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

PROGRAMA Semiárido Digital entrega Certificados de cursos a estudantes de Janduís/RN. Disponível em: <<https://assecom.ufersa.edu.br/2017/07/19/programa-semiarido-digital-entrega-certificados-de-cursos-a-estudantes-de-janduisrn/>>. Acesso em: 23 set 2017.

SCHALLENBERG, Ernelo. Cooperativismo e desenvolvimento comunitário. **Revista Mediações**, Londrina, v.8, n.2, p.9-26, jul./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9066>>. Acesso em 07 de outubro de 2017.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.